

Dez mil pais não levaram a documentação na escola para assegurar a vaga do Telematrícula. Prazo termina dia 4

À espera dos alunos

CAROLINA CARABALLO
DA EQUIPE DO CORREIO

O último prazo para confirmar a matrícula na rede pública de ensino começa segunda-feira e termina na próxima sexta-feira. Cerca de dez mil pais não garantiram a vaga de seus filhos no ensino fundamental. Cumpriram o primeiro passo, ao ligar para o Telematrícula, mas ainda não foram até as escolas com a documentação das crianças, tarefa necessária para concluir o processo.

Para entender o porquê da demora, 34 funcionários da Secretaria de Educação do Distrito Federal ligam desde quinta-feira para os pais. "Aqueles com filhos no ensino obrigatório têm o dever constitucional de colocar essas crianças na escola", alerta a secretária Maristela Neves. Ela espera que boa parte dos pais que não confirmaram a matrícula tenham optado por escolas particulares ou mudado de cidade. "Caso contrário, denunciarei todos ao Ministério Público", avisa.

Quem deixou para garantir a vaga nesta última semana não tem garantias de que o filho estudará na escola escolhida. O prazo é dedicado ao preenchimento das vagas remanescentes. Além dos alunos do ensino médio, outras 5.787 crianças de quatro e cinco anos — moradoras de Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Guará, São Sebastião, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II — não estão com a vaga confirmada. Só serão chamadas para concluir o processo quando a secretaria tiver terminado a construção de escolas e salas de aula nas cidades.

Tanta demora na confirmação das matrículas não traz problemas apenas para pais e alunos. A incerteza quanto à quantidade de alunos no ensino público também atrapalha a própria Secretaria de Educação. "Não podemos organizar novas contratações de professores. Sabemos que haverá carência, mas não sabemos de quantos", explica Maristela. Será preciso esperar até o dia 5, quando o processo de matrícula termina para fazer o cálculo.

"Mas o preenchimento de algumas vagas definitivas é certo. Temos autorização do Governo do Distrito Federal (GDF) para nomear professores nas áreas que forem necessárias", garante Maristela. Ainda assim, faltarão professores no dia 14 de fevereiro, começo do ano letivo. A ques-

Carlos Vieira/CB/ 27.1.04



SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, MARISTELA NEVES, ACREDITA QUE MUITOS ALUNOS PODEM TER IDO PARA ESCOLAS PARTICULARES

FIQUE ATENTO

- Matrícula nas escolas: de 31 de janeiro a 4 de fevereiro.
- Quem perdeu o prazo de confirmação de matrícula, que foi até o dia 25, deve ligar para o 156, fornecer o nome do filho e perguntar por vagas na escola mais próxima.
- É preciso passar na escola escolhida para entregar a documentação da criança. As escolas atenderão também pessoas que não pediram vagas pelo Telematrícula.
- Para os alunos da educação infantil, levar certidão de nascimento do aluno, duas fotos 3x4, comprovante de residência/trabalho dos pais ou responsáveis, cópia do cartão de vacina.
- Para os alunos do ensino fundamental, os pais devem apresentar também a ficha individual do aluno e o histórico escolar.
- Alunos do ensino médio devem levar identidade, certidão de nascimento ou casamento, duas fotos 3x4, comprovante de residência ou trabalho, certificados de reservista e de conclusão do ensino fundamental, ficha individual e histórico escolar, título de eleitor.

tão poderia ser resolvida com os cargos temporários, proibidos pela Justiça. Em novembro do ano passado, uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do DF (TJDF) suspendeu a contratação temporária de professores. Também proibiu novos concurso para o preenchimento das vagas provisórias. Maristela culpa o Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) pela decisão.

"A entidade quer a contrata-

ção definitiva para ter mais sindicalizados e assim aumentar a receita", afirma. "Suprir a carência apenas com professores concursados é inchar a folha de pagamento da Secretaria de Educação. Assim, ninguém receberá reajuste", argumenta. Um dos diretores do Sinpro-DF, Antônio Lisboa argumenta, no entanto, que não é contra os cargos temporários. "Entendemos a existência das vagas temporárias em ca-

sos excepcionais. No ano passado, cerca de 3.800 professores estavam nessa situação, muitos ocupando vagas definitivas. E isso é contra a lei", explica. Para Antônio, a secretaria aumenta o número de cargos provisórios para manter um clima de medo e dependência. "Os profissionais se sentem acuados pela possibilidade de serem demitidos. É cômodo para a secretaria."

Ainda não há levantamento, mas a secretária Maristela garante que o número de docentes concursados de licença é grande. "Não podemos preencher uma vaga que já tem dono com outro professor de cargo definitivo", explica. Além disso, a secretaria tem 711 professores cedidos por convênio e 479 requisitados por órgãos do governo federal e GDF. "Não temos como impor a volta de muitos deles para a secretaria. Mas ainda que todos voltem, a carência pode não ser suprida", avisa Maristela. "Eles podem lecionar disciplinas que estão com o quadro completo."

Assim, a única solução possível, na opinião de Maristela, depende do TJDF, é a permissão para que a Secretaria de Educação faça um novo processo de seleção para cargos temporários. "O órgão só volta a funcionar no dia 1º, mas já estou preparada para pedir socorro pelo ensino público", afirma. "Se o tribunal não apresentar uma saída, teremos crianças sem professor no dia 14."